

Fotografia, testemunho, documento

Eleonora Zicari Costa de Brito

UnB, Universidade de Brasília

Onde a princípio parecia haver um embate entre concepções irreconciliáveis no tocante ao uso da fotografia pela História – uma que percebe a fotografia por uma óptica realista e que implica em fazer equivaler a imagem à coisa retratada; outra que a toma, a partir de uma perspectiva lingüística, como signo de algo, ou seja, como interpretação/representação daquilo a que se refere –, a professora Laura Gonzáles, de forma bastante instigante, acena para a possibilidade de uma terceira leitura/concepção, nascida do diálogo possível entre as duas primeiras.

Nestas breves anotações, procurarei dialogar com o texto apresentado pela professora Laura González, a partir de algumas referências que têm-me permitido questionar as possibilidades e os limites dados pelas fontes documentais, qualquer que seja sua natureza, na reconstrução do passado.¹ A tensa relação que se estabelece entre a realidade a ser retratada, o fotógrafo que pretende apreendê-la e a máquina que serve de mediadora a essa aproximação pode ser enfrentada, ao que me parece, a partir de alguns questionamentos que, embora não estejam explicitados no texto com o qual dialogo, muito se aproximam das problemáticas ali levantadas.

O primeiro desses questionamentos problematiza a crença na existência de uma realidade tangível, inteligível, anterior mesmo a qualquer ato de significação/representação. Nesse caso, ignora-se que a realidade só é possível de ser apreendida depois de construída pelo discurso – e aí pouco importa se pelo discurso fotográfico ou qualquer outro.

Se entendermos que a fotografia é um discurso (entre tantos outros) *sobre a realidade* e que, portanto, ela confere sentidos àquilo que retrata, descreve, registra, poderíamos, nós historiadores, tomá-la como fonte/documento/testemunho da realidade retratada, objeto de nossas interrogações? Seria efetivamente a “realidade” (até então sem sentido) que estaria sendo retratada na fotografia? Ou seria sobre a complexa relação que se estabelece entre a realidade pré-discursiva e a maneira como os atores (o fotógrafo, mas também

os expectadores) a lêem, que a fotografia estaria a dar testemunho? Seria possível fotografar, descrever, registrar algo sem representá-lo?

Invertendo um pouco o foco, seríamos capazes de significar qualquer coisa, seja lá por qual meio, sem estabelecer contato com alguma realidade? Em outras palavras, haveria possibilidade de um discurso (escrito, imagético, performático) fazer sentido sem se remeter a algum referente?

Trabalhando os efeitos das representações na realidade social, Bourdieu dirá que qualquer realidade, “apenas registra um estado da luta” entre as representações, e são elas as responsáveis por instituir sentidos para essa mesma realidade. (Bourdieu: 1998, p. 110) Essa reflexão sai reforçada quando complementada pela indicação de Chartier de que, relativo aos rastros que nos chegam do passado, nenhum texto (ou imagem, diríamos), “mesmo o aparentemente mais documental, mesmo o mais ‘objectivo’, (...) mantém uma relação transparente com a realidade que apreende”. Isso porque:

aquilo que é real, efectivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto [a fotografia aqui entendida como tal], mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade de sua escrita. (Chartier: 1990, p. 63)

Foucault (1996) chamaria a isso de “efeito de verdade”. A maneira como o texto/imagem cria a realidade à qual se refere é dada por suas condições de produção, e são elas que permitirão ao texto/imagem criar a realidade daquela maneira e não de outra qualquer. O que a análise historiográfica apreende são essas condições de produção, dadas pelos interesses e pelas estratégias colocadas em jogo pelos atores sociais.

Assim se dá o processo de significação, sempre marcado pela luta por impor um sentido pelo silenciamento de outros possíveis. “O homem está condenado a significar (...) tudo tem de fazer sentido.” (Orlandi: 2002, p. 31). Logo, não há o que estranhar no fato de que, ao tornar a realidade inteligível, *o discurso transforme a própria natureza do referente, objeto de significação*. Não há como fazer corresponder a realidade significada ao discurso que a descreve (no caso, o discurso fotográfico), pois este será sempre um em meio a tantos outros possíveis. Uma mudança no ângulo, no repertório do observador, um novo efeito técnico? Mudou-se a narrativa inscrita na imagem. Sempre

existirá *um déficit entre o objeto representado e a representação que fala dele e por ele*, em seu lugar. Mas sempre haverá, também, e ambigualmente, *mais do que o objeto representado*, pois os “lugares de fala” dos sujeitos envolvidos (o fotógrafo, o expectador), também entrarão no resultado final dos sentidos responsáveis por dizer o que é aquela realidade.

É importante que se apreenda, porém, que as representações *fazem existir efetivamente aquilo que anunciam*, no próprio ato de sua enunciação, como tão bem elucidou Bourdieu. (1998, p. 111). Portanto, trabalhar a noção de representação não nos remete ao mundo da pura abstração. Parafraseando Bourdieu, poderíamos dizer que a “realidade” é o lugar de luta permanente para definir a “realidade”, trabalho incessante das representações.

Reflexões como essas mais que legitimam o uso da fotografia como fonte para a história, desde que ela não seja tomada como algo que remetaria a uma realidade anterior ao próprio efeito fotográfico, e sim, como testemunha das intrincadas relações que entram em cena na configuração de sentidos que constituem um contexto.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: *A Economia das Trocas Linguísticas*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 1998.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. História, historiografia e representações. In: Márcia Kuyumjian & Maria Thereza Negrão Mello (orgs.). *Os espaços da história cultural*. Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 29-39.

CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

ORLANDI, Pulcinelli Eni. *As Formas do Silêncio*. No movimento dos sentidos. 5ª ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

NOTAS

¹ Uma reflexão um pouco mais aprofundada a esse respeito pode ser encontrada em Brito: 2008.

